

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**Didática cívico-castilhistas: livros de historiografia e geografia para as escolas
elementares do rio grande do sul (1896-1902)**

Maximiliano Mazewski Monteiro de Almeida*

Resumo

O objetivo desta comunicação é, na especificidade sul-rio-grandense, compreender e explicar como desenvolveu-se a produção dos livros didáticos de história e de geografia durante a Primeira República. Investiga-se o papel dos agentes partícipes: os representantes do Estado para a instrução pública, os autores dos livros didáticos e o livreiro responsável pela publicação do material. A atual pesquisa justifica-se pela ausência de estudos sobre os livros didáticos de História e Geografia regional, utilizados nas escolas elementares do Rio Grande do Sul. **Palavras-chave:** livros-didáticos; instrução pública; historiografia.

Abstract

The objective of this communication is, at the specify case of Rio Grande do Sul, to understand and to explain how was made the production of History and Geography school's books. The present historical investigation atent to paper the agents envolviend: the State's representants for public education, the authors of school's book and the responsable bookseller by publication of those materials. The current research is justify by noexistence of studies about this regional school's books of History and Geography disciplines, used on the elementary schools of Rio Grande do Sul.

Key-word: school's books; public education; writting of history.

Ao recorrer à historiografia brasileira, para o que explicar por livro didático, encontrou-se no estudo de Arlete Medeiros Gasparello a seguinte proposição: “trata-se de um objeto cultural, que expressa, em sua materialidade, um espaço de relações, como resultado concreto das inter-relações dos diversos agentes, interesses e saberes que participaram do seu processo de fabricação[...]”(GASPARELLO, 2004. p.29). A partir desse enunciado, procurar-se-á trazer à luz os agentes partícipes do processo de materialização do objeto de pesquisa: os representantes do Estado nas instituições administrativas do ensino público, os autores dos livros didáticos e o livreiro responsável pela publicação do material. Além disso, descobriu-se que os autores dos livros didáticos pesquisados desempenharam funções no Estado republicano, o que permite considerá-los como colaboradores doutrinários da propaganda castilhista.

* (Mestrando) Pontifícia of Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Programa de Pós-Graduação em História - CNPq. Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Helena C. Bastos. e-mail: max_mazewski@yahoo.com.br.

Para justificar os limites cronológicos, o ano de 1896 corresponde à apresentação e edição da primeira obra historiográfica aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública, de autoria de José Pinto Guimarães, *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. O marco temporal final, 1902, está relacionado com a estabilização do quadro dos livros didáticos de historiografia adotados, sendo que, naquele ano, houve uma última substituição que oficializara o Compêndio de Geografia, de João von Franckenberg, para o uso no ensino público. A documentação pesquisada cessa, em 1903, as informações¹ quanto à adoção de livros didáticos pelos órgãos institucionais responsáveis. Essa historiografia oficial ultrapassou, em muito, os limites cronológicos desta comunicação ². Os livros didáticos trabalhados foram selecionados a partir de um conjunto de obras adotadas sob os pareceres do Conselho Escolar da Secretaria de Instrução Pública, vinculado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul.

O livro de Guimarães³ é como um livro de leituras, com poesias, crônicas, descrições de fauna e flora, de geografia e cultura regional. Somente recebeu registro no “livro de adoções” em 1899, apesar de ter sido aceito no ano de 1896, sob parecer do extinto Conselho Diretor de Instrução Pública.

Maia⁴ apresentou seu livro, em 1897, ao Conselho Escolar e o dedicou ao ensino de história nas escolas elementares, cuja primeira edição e respectivo ato de adoção são de 1898. Da mesma forma, Martins⁵ ofereceu ao ensino elementar seu livro *Geografia do Estado do Rio Grande do Sul*, editado e adotado, oficialmente, em 1898.

Entendemos o *castilhismo* como doutrina, prática política e contexto histórico de sua elaboração e aplicação, no espaço específico e local do Rio Grande do Sul, ocorrendo durante o período da Primeira República, produto intelectual da interpretação pessoal de Júlio de Castilhos dos enunciados positivistas, aceito e praticado por seus correligionários ao longo do governo do PRR no Estado; como texto de propaganda jornalística e discurso político, cientificista, que assumia publicamente seu conteúdo doutrinário e ditatorial.

¹ A partir de 1903, não há mais registros encontrados de novas obras historiográficas aceitas, ou substituídas no ensino público. Os livros adotados foram reeditados.

² É, por exemplo, a última edição de *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, de João Maia, foi em 1927. O consumo desse livro, nas escolas elementares, ocorreu, pelo menos, por trinta anos.

³ José P. da Fonseca Guimarães era irmão de João Pinto da Fonseca Guimarães, deputado da Constituição estadual de 1891 e diplomata. Também, foi professor da Escola Normal, Diretor da Biblioteca Pública do Estado do RGS e diplomata no Chile.

⁴ João Cândido Maia trabalhou como jornalista de A Federação, sendo nomeado Inspetor da 7ª Região escolar em 1898 (Instrução Pública. Relatório, 1899). Também, foi sócio-fundador e Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RGS.

⁵ Henrique Martins lecionava Geografia como Lente-Catedrático do Colégio Militar.

Os documentos produzidos pelos órgãos da *Instrução Pública* castilhista, foram considerados como fontes *não intencionais, administrativas e culturais*.

Os relatórios do Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Pacheco Prates, à Presidência do Estado, em 1896, informavam sobre a carência de livros de história e geografia do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, dedicados ao ensino público elementar:

Sobre história do Brazil ainda não encontrei um compêndio que satisfaça as necessidades do ensino. [...] Sobre esta matéria, penso, devemos procurar um compêndio de chronologia, contendo os factos principais de nossa história[...] Continuo a comentar a falta de uma Geographia e História do Estado, escriptas de acordo com as modernas exigencias do ensino.(Relatório, 1896, p. 296).

As “modernas exigências” referem-se às necessidades de adaptar o material de ensino para o emprego do método intuitivo, ainda em voga no Brasil daquela época, e que seria instituído, de forma obrigatória, nas escolas públicas e elementares⁶ através do Decreto nº 89 de 2 de fevereiro de 1897. Esse mesmo decreto que reorganizou a da instrução pública, no estado do Rio Grande do Sul, sob a ditadura de Júlio de Castilhos, substituiu o então Conselho Diretor de Instrução Pública pelo Conselho Escolar.

Na ata da primeira reunião do Conselho Escolar, em 20 de dezembro de 1897, encontra-se, além do termo “livro didático”⁷, a indicação dos critérios de avaliação de uma obra para ser aceita naquelas escolas públicas:

Sr. Duplan apresentou a seguinte indicação considerando que para aprovação e adoção de um livro didático nas aulas sustentadas pelo Estado são dados igualmente importantes_ o formato, a encardenação, o papel, a impressão, correção e preço_ além do valor intrínseco da obra quanto ao methodo, divisão da materia e exposição. (AHRGS, Instrução Pública. Livro-56, p. 2).

A educação cívica, para a qual destinava-se o ensino de história, tomou parte no processo de aprimoramento da formação política dos educandos. O ensino cívico propunha a qualificação de um eleitorado, crítico o suficiente, para rejeitar as propostas políticas que divergissem do republicanismo do PRR e repreendido o bastante para não questionar suas práticas fraudatórias eleitorais.

⁶ O grau do ensino elementar correspondia aos primeiros anos após a alfabetização, e o período desta, no geral, o ensino primário abarcava o grau elementar e os cursos preparatórios de estudos para o ingresso no ensino secundário.

⁷ Nosso objetivo quanto à terminologia *livro didático* não é, apenas, de evitar um anacronismo na utilização de tal conceito, durante a Primeira República, no Rio G. do Sul, mas, também, não recorrer a analogias errôneas com o emprego de vocábulos como *manual escolar*, *compêndio*, ou *livro de leitura*, para tais objetos auxiliares do ensino elementar. (CHOPPIN, 1998).

A metodologia de análise documental, nessa pesquisa, foi empregada com o propósito de compreender a adoção de livros didáticos e a sua conseqüente produção, segundo a contribuição dada pelo historiador Julio Aróstegui.

A análise documental na historiografia, também aqui como em qualquer outra investigação social, tem aspectos instrumentais e aspectos epistemológicos. Como em toda a ciência normatizada é preciso efetuar sempre um trabalho de depuração dos dados, do qual constitui uma das tarefas próprias do contexto metodológico da observação[...]. A análise documental poderia ser definida como o conjunto de princípios e operações técnicas que permitem estabelecer a confiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de determinado processo.(ARÓSTEGUI, 2001, p. 393).

O autor José Pinto da Fonseca Guimarães descreveu a metodologia e a técnica empregadas na confecção de seu livro: “É este, pois, um trabalho de compilação e adaptação[...]Esforcei-me para que elle saísse limpo de erros, exacto, singelo e com cunho eminentemente didáctico.” (GUIMARÃES, 1896, p.101).

O leitor deve ser doutrinado para aceitar a versão da verdade dos vencedores da “degola”, como a exposição “clara”, científica da realidade. São essas metáforas, os elementos valorativos da história, dos atos e seus “heróis” militares, um recurso literário, o rebuscamento de floreios romantizados, modernistas. As narrações de batalhas e lutas refletia o ambiente político de emprego da violência como solução prática para combater suas oposições partidárias e caudilhescas.

Mesmo contrariando as normas de avaliação do Conselho Escolar, o trabalho manuscrito de João Maia, apresentado em 1897, recebeu o parecer final do Inspetor Geral favorável à adoção. Foi, após isso, solenemente adotado e documentado pela administração republicana. Vejamos o registro efetuado no Livro de Atos de Adoção de Livros:

Ato n.º 4. [08 de março de 1898.] Mandado adoptar para o ensino das escolas elementares do Estado o livro ‘História do Rio Grande do Sul’, por J.[João Cândido] Maia[...] aprovado em manuscrito pelo Conselho Escolar em sua 8ª Sessão de 29 de dezembro de 1897, destinado ao ensino elementar, porquanto está bem impresso em bom papel e em formato próprio[...] O mesmo inspector Geral, tendo sido autorizado pelo Conselho a verificar na impressão da referida História_ o cumprimento das alterações e corrigendas propostas determina que o dito livro seja presente ao mesmo Conselho Escolar em sua próxima reunião para os devidos fins, sem prejuizo da distribuição pelas escolas no corrente anno.(AHRGS, Instrução Pública. Livro - 195, p. 3).

As obras didáticas adotadas para o ensino, sob o castilhismo, percorriam diferentes locais da estrutura administrativa da Instrução Pública. Primeiramente, eram apresentados à sessão do Conselho Escolar. Passando, a seguir, às mãos dos membros da comissão encarregada de avaliá-las, formada por uma tríade de inspetores presentes à sessão. Caso aprovadas, eram enviadas à impressão gráfica nas oficinas escolhidas pelo livreiro Rodolpho

José Machado⁸, ou outro, eventualmente designada, que possuísse contrato com o Estado para o fornecimento de material escolar.

O historiador Roger Chartier descreve as diferenças entre os papéis de editor e livreiro; o primeiro passou a existir como agente da modernidade, distanciando-se dos espaços de produção e distribuição, uma profissão predominantemente intelectual, enquanto que o livreiro, figura historicamente anterior a do editor, estava vinculado ao comércio de livros, podendo possuir uma oficina tipográfica ou encomendar o serviço de um terceiro, mas, sobretudo, detinha seu próprio catálogo de livros.

Todas as dimensões da história da cultura impressa podem se associar à figura do editor, à prática da edição, à escolha dos textos, ao negócio dos livros e ao encontro com um público de leitores[...] Já não se confunde com o negócio do livreiro nem com o trabalho do impressor, embora nessa época haja editores que possuem livrarias e oficinas tipográficas. A nova definição do ofício firma-se na relação com os autores, na escolha dos textos, na seleção das formas do livro e, finalmente, nos leitores. Desta maneira, a edição se estabelece como uma atividade autônoma e um ofício particular. (CHARTIER, 2001, p.45).

O Rio Grande do Sul também contava com seu livreiro, cujo catálogo de livros recebeu o acréscimo de novos títulos, ofertados através dos atos de adoção do Conselho Escolar. Na folha primeira do *Livro de registro de contratos com fornecedores de móveis escolares*, em manuscrito, está registrado:

Aos dez dias do mês de fevereiro do anno de mil oitocentos e noventa e oito, nesta secretaria as onze horas de manha[na presença do Inspetor Geral, Manoel Pacheco Prates] compareceu o livreiro desta praça o cidadão Rodolpho José Machado e único proponente ao fornecimento, no corrente exercício de objetos necessários(...)e disse que vinha assinar o contrato.(AHRGS, Instrução Pública. livro 196, p. 1.).

A primeira condição do contrato consistia de uma longa lista de materiais diversos, entendida como as “amostras, que serviam para arrematação”, como livros de “Henrique Martins_Chorographia a 2\$000, Franckemberg_História do Brazil a \$800”, ou materiais como “tinta francesa preta 1lt a 3\$000”, tinteiros, penas, lápis, resma de papéis de diferentes tipos (de linho), entre outros, de forma separada para às aulas públicas e à secretaria⁹. Havia, entre outras, a agarrância contratual da preferência do Estado ao cidadão Rodolpho José Machado na

⁸ Sobre contrato firmado pelo Estado com o livreiro Rodolpho José Machado “celebrado, em 1891, para o fornecimento de livros e demais objetos de expediente das aulas” (Relatório, 1897. p.301). este continuou a ser renovado até 1904, após esse ano, diferentes “livreiros” alternaram-se no fornecimento do material escolar ao Estado. O Estado castilista para por, em prática, sua proposta pedagógica, assumiu o papel de editor, reforçando seu papel de agente da modernização da sociedade sul-rio-grandense, ao selecionar os textos transformados em livro impresso.

⁹ Para o uso da Secretaria há até a oferta de um canivete “Ranger” de quatro lâminas, cabo madreperolado a 12\$000. O item de maior valor é um “globo-mundi”, de 30 cm de diâmetro, a 36\$000 oferecido às escolas. O último e sexto item referia-se à forma de pagamento, que seria feita pelo “*Thesouro do Estado à vista do recibo do Almoxarifado lançado em a nota do pedido e rubricado pelo diretor da Secretaria.*”

compra de seus materiais e “caso houver livros que não tenham similares na relação constante da 1ª condição e que tratem de matéria cujo ensino seja exigido pelo programa das escolas primárias”. (AHRGS, Instrução Pública. Livro – 196, p. 4).

Bibliografia:

- ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica, teoría y método**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- BOUVERESSE, Jacques. **Prodígios e vertigens da analogia: o abuso das belas letras no pensamento**. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHOPPIN, Alain. *Os manuais escolares na França e a formação do cidadão*. Trad. Julieta Beatriz Ramos Desaulniers. In: **Veritas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol.43. Dezembro 1998. pp. 183-192.
- FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil(sua história)**. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1985.
- JULIA, Dominique. *A cultura escolar como objeto histórico*. Trad. Gizele de Souza. In: **Revista brasileira de história da educação**. Nº1, jan./jun. 2001. (?) p.9-43.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana M. de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1991. Tese.

Fontes documentais manuscritas:

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro-55. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Diretor da Instrução Pública, 1871/1895*.
- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Instrução Pública. Livro-56. *Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar 1897/1904*.
- AHRGS. Instrução Pública. Livro – 196. *Livro nº1 - Registro de contratos com fornecedores de móveis escolares*.
- Instrução Pública Arquivo Hist. do Rio G. do Sul. Livro -195. *Livro do Registro de Atos de Adoção de livros escolares e material de ensino. 1897/1898*.
- AHRGS. Instrução Pública. *Livro do Registro do mappa demonstrativo dos objetos recebidos pelo almoxarifado da Instrução Pública e distribuídos às Escolas, 1898 a 1904*.

Fontes documentais impressas:

- Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do

- Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 31 de julho de 1896.
- Relatório Apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas a vapor da Livraria Americana. 1897.
 - Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Livraria o Globo. 1898.
 - Relatório Apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. João Abbott, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre. Officinas Typographicas de Emilio Wideman & Filhos. 30 de julho de 1899.
 - FRANKENBERG, João von. *Compendio de Geographia Elementar para uso das escolas públicas do Estado do Rio Grande do Sul*. 1ª edição. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1902.
 - GUIMARÃES, José Pinto da Fonseca. *O Rio Grande do Sul para as Escolas*. 1ª ed. Porto Alegre: Livraria Americana, 1896.
 - MAIA, João Cândido. *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*. 1ª.ed. Porto Alegre: Liv. Rodolpho José Machado / Typographia de César Reinhardt, 1898.
 - MARTINS, Henrique. *Elementos de Chorografia do Brasil*. Porto Alegre: Livraria Rodolpho José Machado, 1896.
 - MARTINS, Henrique. *Geographia do Estado do Rio Grande do Sul*. 1ª edição. Porto Alegre: Livraria e officinas a vapor de Franco & Irmão, 1898.